BOLETIM DO
INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO
NOVA SÉRIE | ANO 2018 | N.º 12

ROTEIROS

Migrantes e refugiados reflexões do Papa Francisco e do Secretário-geral da ONU

◆ ◆ ◆

A Marinha de guerra portuguesa: Oito operações navais modernas

◆ ◆ ◆

Democracia e Populismo na Europa e na América: Equilíbrio Instável

◆ ◆ ◆

Portugal e o Mar

◆ ◆ ◆

Cooperação entre a República Portuguesa e o Imamat Ismaili

Democracia e Populismo na Europa e nos EUA: Equilíbrio Instável[1]

Prof. José Filipe Pinto[2]

Resumo

O populismo é um fenómeno antigo, uma vez que acompanha a democracia desde o seu berço grego, embora a sua teorização só tenha sido iniciada por Herzen no século XIX na Rússia dos czares. No entanto, foi no século XX que o populismo conheceu protagonismo, uma vez que os regimes que marcaram a vida política, designadamente o sovietismo, o fascismo e o nazismo, eram populistas. Um protagonismo que pareceu esmorecer após a II Guerra Mundial, mas que voltou a emergir no final do século passado e no início do atual.

Esta comunicação reflete sobre as realidades populistas na União Europeia e nos Estados Unidos da América e mostra que o populismo não representa uma alternativa coerente para o exercício do Poder, razão pela qual não existe democracia sem populismo, mas pode haver populismo sem democracia.

Palavras-chave: Democracia, Populismo, União Europeia e Estados Unidos da América.

[1] Conferência proferida no Instituto Dom João de Castro, em 22FEV2018;

[2] Professor Catedrático com Agregação, na Universidade Lusófona. Investigador Coordenador do CICPRIS onde é coordenador de projecto financiado pela FCT. Director da licenciatura e do Mestrado em Sociologia. Autor de várias obras, com destaque para as questões relacionadas com os populismos e a Europa;

Contextualizando a Temática

A palavra populismo é usada com uma ampla panóplia de significados que, em comum, remetem para uma conotação negativa do conceito. De facto, quer seja visto como uma ideologia (Laclau 1977), ainda que fraca (Mudde 2004), um estilo de política (Knight 1998), um discurso específico (Hawkins 2009) ou uma estratégia política (Weyland 2001), o populismo funciona como uma degenerescência da democracia representativa.

Woods (2014) e Kriesi (2014) afirmam que "the rise and persistence populism in Western European democracies [...] is an indication of an institutional crisis of representation". Uma posição que, no entanto, não explica a razão de haver países onde essa modalidade de democracia funciona quase na perfeição, apesar da existência de partidos populistas que gozam de forte implementação.

De facto, em 2016, a Dinamarca era para o Índice de Populismo Autoritário o país com o sétimo valor mais elevado e o sexto entre os países da União Europeia – 28,9% - mas o Índice de Democracia colocava-a no grupo dos países de democracia plena e concedia-lhe a quinta posição com 9,20, numa escala de zero a dez. Aliás, todos os parâmetros que compõem o índice eram elevados: 9,58 para o processo eleitoral e pluralismo; 9,41 para as liberdades civis; 9,38 para a cultura política; 9,29 para o funcionamento do governo e 8,33 para a participação política. Uma cidadania interventiva que vinha de trás porque, como Fukuyama (2012, p. 637) reconheceu, desde 1848 que "o movimento dos agricultores e os liberais nacionais que representavam a burguesia começaram a exigir participação direta" na vida política.

O exemplo dinamarquês prova que a democracia representativa e o populismo podem coexistir, desde que a democracia consiga controlar os avanços populistas. Aliás, talvez seja possível afirmar que não há regime democrático onde não seja identificável o populismo. Uma marca que vem do berço grego onde a democracia de assembleia convivia com a demagogia. Daí a importância concedida ao ensino sofista, mais propenso ao domínio da retórica passível de levar à vitória pessoal – o homem é a medida de todas as coisas, como defendia Protágoras – do que à descoberta da verdade. Por isso, a necessidade de criar instrumentos de suporte à vida democrática. Como o ostracismo que condenava o logro intencional que punha em causa o normal funcionamento político da polis.

Platão considerava que a mentira era desnecessária aos deuses, mas podia ser útil aos homens desde que tomada como remédio pontual. Por

isso fez questão de esclarecer que se a alguém era lícito mentir seria aos dirigentes da cidade para a defesa da mesma.

Porém, como a moeda tem duas faces, é pertinente reconhecer que, quando um partido populista toma conta do Poder, a qualidade da democracia representativa começa a deteriorar-se e, a curto prazo, a democracia acabará por ser posta em causa. Basta atentar na situação vivida na Hungria desde que o FIDESZ de Orbán chefia o governo ou na Polónia dominada pelo Ordem e Justiça (PiS). Um partido cuja atuação não faz jus à denominação. Daí a decisão recente de reescrever a História da II Guerra Mundial no que concerne à participação polaca no extermínio levado a cabo pelo nazismo.

No entanto, antes de entrar no estudo das dinâmicas populistas na União Europeia e nos Estados Unidos da América, importa avançar a minha ideia relativa ao conceito de populismo. Assim, na senda de Laclau, considero que o populismo representa uma forma de articulação do discurso visando a criação de um antagonismo inegociável entre dois corpos pretensa e abusivamente considerados como homogéneos: o povo e a elite. Duas construções e não dois dados reais. Um antagonismo que rejeita a lógica diferencialista, pois deixa de reconhecer autoridade aos detentores do Poder, preferindo a lógica equivalencial suscetível de conduzir o líder populista ao governo. Trata-se, afinal, de uma luta pela hegemonia feita em nome do povo, qualquer que seja o condutor do elemento coletivo. Como a História ensina, em vários casos o fenómeno foi desencadeado desde a base social, mas também são múltiplos os exemplos de populismo desencadeado pela parte da elite não-governante quando considera reunidas as condições para se apoderar do poder político.

Trump simboliza o segundo modelo, como se verá mais à frente. Por agora fixemo-nos nas dinâmicas populistas na União Europeia.

As Dinâmicas Populistas na União Europeia

Os partidos populistas constituem uma realidade inquestionável na UE, uma vez que três deles já dirigem os governos dos respetivos países – Hungria, Polónia e Grécia – e em quatro outros – Áustria, Letónia, Finlândia e Eslováquia – integram a coligação governamental. Em relação a 2016, apenas num país, a Lituânia, um partido populista – Ordem e Justiça (TT) – deixou de fazer parte do Governo.

Neste ponto, parece justificável a individualização de alguns casos. Assim, a coligação que governa a Finlândia englobava uma força populista,

o Partido dos Finlandeses, até Timo Soini ser substituído na presidência do partido por Jussi Halla-aho**,** anteriormente condenado por práticas discriminatórias em relação aos muçulmanos e aos somalis. O populismo exacerbado do novo Presidente não era compatível com a manutenção da coligação governamental. Porém, como forma de evitar eleições antecipadas, os ministros e vários deputados separaram-se do partido e formaram um grupo próprio que evolucionaria para o partido Blue Reform. Uma alteração que não invalida que a nova força política se afirme defensora do controlo da imigração e dos direitos dos finlandeses na política da UE. Uma espécie de evolução na continuidade.

Além disso, para desassossego da comunidade, a Áustria que já tinha contado, entre 2000 e 2005, com um Governo de que fazia parte o Partido da Liberdade da Áustria (FPÖ), liderado por Jörg Haider, situação que conduziu à suspensão do direito de voto do país no Conselho Europeu, voltou, na sequência das legislativas de 2017, a ter esse partido como parte integrante da coligação atualmente no Poder.

De assinalar, ainda, que em Portugal o governo socialista é respaldado por uma maioria parlamentar assente num partido populista totalitário – PCP – e em dois partidos populistas autoritários – BE e PEV – e que em alguns países, como a França, a Bélgica, a Holanda e o Reino Unido, os partidos populistas marcam a vida social e política, apesar de não frequentarem as salas do Palácio do Poder. No caso francês convirá tomar em consideração o sistema eleitoral, pois os resultados finais seriam outros se o sistema fosse proporcional e utilizasse o método D´Hondt, uma vez que não seria possível repetir a estratégia atual que permite erguer uma espécie de cordão sanitário que isola a Frente Popular na segunda volta dos atos eleitorais. Uma estratégia também em curso na Holanda, pois o Partido da Liberdade (PVV) de Geert Wilders, o único partido unipessoal existente na comunidade, não é visto como parceiro de qualquer coligação.

O Índice de Populismo Autoritário, que usa como indicadores a participação no governo e o número de eleitos, em 2016, identificava apenas dois países da UE – Luxemburgo e Malta – sem registos de populismo. Um leque que, nos 33 países europeus analisados pelo índice, também incluía a Islândia e Montenegro, curiosamente, os quatro países menos populosos do estudo.

Populismo de esquerda e de direita, embora não seja consensual a catalogação de acordo com essa dicotomia porque a análise do programa de um partido populista permite identificar elementos contraditórios. Para

além de haver forças partidárias – como o MoVimento 5 Stelle ou o Podemos – que não se reveem na classificação anterior.

Takis Pappas, na inventariação que fez dos mitos do populismo, identificou três, sendo um deles a existência de um líder carismático. Alguém com carisma suficiente para dispensar a intermediação. Uma realidade que conta com exemplos e exceções. Por um lado, falar do FIDESZ é pensar em Vítor Orbán e o mesmo se passa com a Frente Nacional e Marine LePen, o Syriza e Tsipras, o MoVimento 5Stelle e Beppe Grillo, ou Geert Wilders e o Partido da Liberdade. Por outro lado, há partidos populistas cujos líderes quase só são conhecidos a nível interno. É o que se passa, por exemplo, com a Alternative für Deutschland, a Liga do Norte, a Frente Nacional Popular no Chipre, os Democratas Suecos, o Partido do Povo da Dinamarca…

Um dado que obriga a questionar o protagonismo que os meios de comunicação social concedem aos líderes populistas, embora não deva ser olvidado o papel que a rede desempenha na propagação da mensagem populista. Uma realidade que Grillo e Casallegio souberam antecipar. Daí o crescimento exponencial do M5S.

De luta pelo protagonismo não pode ser acusado o líder da República Popular da China, Hu Jintao, que, no caminho para reunir "nas suas mãos e vontade a herança do pensamento legado pelo inovador Deng Xiaoping" (Moreira, 2016, p.201) recorreu a uma estratégia que Mathieu Duchâtel denominou como "culto da impersonalidade". Apesar de todos os partidos comunistas serem populistas totalitários, talvez seja caso para dizer que o populismo oriental privilegia o partido e o coletivo em detrimento do individual, embora haja quem considere que os resultados práticos não se afastam daqueles que se registam noutras longitudes.

Voltando às relações entre o populismo e a democracia, importa traçar a realidade atual em toda a União Europeia.

Os ainda 28 países da UE integram-se nos dois mais elevados níveis de democracia. Assim, das 19 democracias completas existentes no Mundo, 11 pertencem à UE: Suécia – 9,39, Dinamarca – 9,22, Irlanda – 9,15, Finlândia – 9,03, Holanda – 8,89, Luxemburgo – 8,81, Alemanha – 8,61, Reino Unido – 8,53, Áustria – 8,42, Malta – 8,15 e Espanha – 8,08. Quanto aos restantes membros fazem parte do grupo das democracias incompletas, sendo que a Itália, com 7,98, está próxima das democracias perfeitas e a Roménia – 6,44, a Croácia – 6,63 e a Hungria – 6,64 não se afastam muito dos regimes híbridos.

No que concerne ao Índice de Populismo Autoritário, Andreas Heino lembra que "on average, around a fifth of the European electorate now vote

for a left or right-wing populist party". Por isso, se os valores do índice já eram elevados em 2016, depois das eleições realizadas ao longo de 2017, ainda aumentaram. Por exemplo, registou-se um crescimento de 6,4% na França e 6,8% na Holanda. Sem contar que a populista Alternative für Deutschland deixou de ser vista como um partido de professores universitários e passou a constituir uma alternativa real para 12,6% dos eleitores.

Apresentada a realidade europeia, é tempo de passar para a terra do Tio Sam. Um país onde o populismo já conta com um longo historial. A exemplo do que se passa na parte sul do continente. Um paraíso – ou um inferno – de populismos: peronismo, varguismo, lulismo, kirchnerismo, chavismo…

Trump e o Regresso do Populismo nos Estados Unidos da América

Quando em 16 de junho de 2015, Donald Trump anunciou a sua candidatura presidencial, não faltaram analistas que consideraram que esse anúncio não era para levar a sério, pois não passava de mais uma jogada promocional do empresário. Aliás, o *Político* adjetivou o ato como um dos "more bizarre spectacles of the 2016 political season thus far" (MacWilliams, 2016, p. 2).

Nenhum desses analistas tomou em boa conta o protagonismo televisivo de Trump e a circunstância de, há várias décadas, integrar a lista Gallup como uma das 10 personalidades que os norte-americanos mais admiravam. O enfoque foi colocado na sua falta de experiência política e no populismo e xenofobia das suas declarações.

Porém, ao contrário do previsto, Trump conseguiu a nomeação como candidato presidencial do Partido Republicano. Uma campanha durante a qual se limitou a dizer o que sabia que a maioria do partido queria ouvir. Uma tendência mantida no passo seguinte quando conseguiu colar a opositora, Hillary Clinton, ao pântano que era preciso drenar. Uma elite política que não defendia os interesses norte-americanos. Uma campanha durante a qual ameaçou que, mal chegasse à Casa Branca, mandaria prender Hillary.

Uma decisão que não constava no seu contrato com os eleitores, ou seja, no *100-day action plan to make America great again,* uma repetição das ideias presentes no livro que tinha escrito em 2015 – *Crippled America: how to make America great again.* Ao contrário de outras ideias igualmente preocupantes, como a conclusão do muro na fronteira com o México ou quando prometeu remover "the more than 2 million criminal illegal immi-

grants from the country and cancel visas to foreign countries that won't take them back".

Uma narrativa assente no nacionalismo – «nós» contra «eles» para preservar a cultura norte-americana e os postos de trabalho – e no populismo – a responsabilização da elite sedeada em Washington por não ouvir os apelos do povo.

Trump sabia que não estava sozinho nessa cruzada. De facto, os dados recolhidos por Jon Huang, Samuel Jacoby, Michael Strickland e K. Rebecca[3] mostraram que 84% daqueles que votaram em Trump consideravam que "most illegal immigrants working in the U.S.A should be deported". Além disso, "86% supported Trump's idea of building a wall along the entire U.S. border with Mexico".

Como é óbvio, essas intenções não foram bem recebidas pelas comunidades que pressentiram nelas um perigo a curto ou médio prazo. Por isso, apenas 8% dos negros, 29% dos hispânicos ou latinos e 29% dos asiáticos votaram em Trump. Um dado que não inviabilizou a vitória do candidato republicano, mesmo que algumas figuras proeminentes do seu partido lhe tivessem recusado publicamente o voto.

Não é seguro que Trump tivesse lido Charles Wright Mills, até porque a obra já é antiga[4]. No entanto, tal não invalida que Trump desconhecesse que na sociedade americana o maior poder residia "in the economic, the political, and the military domains" (1956, p.75). Por isso, embora fazendo parte da elite económica, ou mais exatamente da elite financeira, Trump fez da luta contra a elite política a bandeira da sua campanha. Não perdeu tempo com os eleitores – e inclusivamente com os Estados – que sabia perdidos. Dirigiu-se aos outros. Àqueles que tinham sido deixados para trás pela deslocalização das fábricas e pelo encerramento das minas. Prometeu-lhes trazer os empregos de volta, mesmo que tal implicasse o regresso à fonte de energia do século XIX. Daí a posição que viria a assumir na cimeira de Paris.

Aproveitou-se da insegurança, relacionando-a com a imigração, e tirou partido da quebra de confiança dos cidadãos nas instituições. Afinal, o populismo quando é do seu interesse não hesita em recorrer a procedimentos próprios de outros fenómenos, como o terrorismo.

[3] Available in https://www.nytimes.com/interactive/2016/11/08/us/politics/election-exit-polls.html

[4] Mills, C. (1956). *The power elite.* New York: Oxford University Press.

O populismo colheu junto desse eleitorado e Trump tornou-se o 45.º Presidente da casa no alto da colina. À preocupação interna adicionou-se a inquietação externa, tanto de aliados como de adversários.

A composição do Gabinete, as sucessivas demissões e abandonos, e uma presidência que usa os *tweets* como canal de comunicação não têm contribuído para o restabelecimento da paz interna. Trump governa os Estados Desunidos da América. Um país dividido ao meio. Uma parte sensível ao populismo. Outra parte receosa de que o modelo tradicional de exercício do poder – *checks and balances* – não seja suficiente.

A nível internacional começa a ser lembrada a frase de Lord Palmerston quando afirmou que a Inglaterra não tinha aliados eternos nem inimigos perpétuos. De facto, se o *lobby* judeu levou Trump a reconhecer Jerusalém como capital de Israel, uma marca da confiança num aliado tradicional, a venda de armas à Arábia Saudita representa o outro lado da moeda. Contribuir para a paz na região através da venda de armamento a um país que patrocina o terrorismo religioso pode representar uma estratégia semelhante à anterior aposta estadunidense no armamento dos talibãs.

Quanto à guerra de *tweets* com a Coreia do Norte, ao relacionamento com a Rússia e à posição relativamente ao acordo nuclear com o Irão só constituem manifestações de uma política externa realisticamente definida para alguns dos membros da sua equipa. Afinal, no balanço do primeiro ano de Trump na Sala Oval, Mike Pence elogiou-o durante três minutos em nome de toda a equipa, antes de, a título individual, fazer catorze elogios ao desempenho presidencial.

Finalmente, no que concerne ao discurso, a moderação inicial foi sol de pouca dura. Trump aprendeu rapidamente que o Poder não gosta de ser contrariado. Na sua perspetiva, é pena que, como Brecht ironizou, não lhe seja possível dissolver a metade do povo norte-americano que não se revê nas suas decisões.

A apresentação da realidade populista na União Europeia e nos Estados Unidos da América já vai longa. Importa, por isso, terminar a exposição. Terminar, um verbo que o populismo não cultiva em causa própria. Mesmo quando passa despercebido.

Conclusão

Innerarity (2002, p. 187) reconhece que "a complexidade apresenta à política a necessidade de estabelecer procedimentos para governar tão

ampla riqueza de opções". O problema é que, como Adriano Moreira avisa, na conjuntura atual marcada pelo globalismo, os governos não dispõem de referência anterior. Por isso, a ampla diversidade de opções não significa necessariamente uma riqueza.

O populismo, depois de uma longa fase durante a qual se recusou a responder pelo nome, voltou a assumir protagonismo num Mundo ainda à procura de uma Nova Ordem Mundial. Muitos dos regionalismos e nacionalismos independentistas que se fazem sentir na União Europeia não hesitam em recorrer a essa forma de articulação do discurso. Por outro lado, a dificuldade manifestada pela Europa quando se viu obrigada a conviver com os trópicos em casa potencializou a xenofobia e o racismo e, através da crítica à elite no Poder, o populismo. Além disso, o enclausuramento claustrofóbico dos partidos afastou-os da realidade com a consequente repercussão negativa na qualidade da democracia representativa.

Na União Europeia o populismo já não faz questão de esconder as suas reais motivações, embora as justifique sempre como forma de garantir a identidade nacional. Por isso, o populismo autoritário, com 15,4%, já constitui a terceira força ideológica na Europa, atrás somente dos Conservadores e da Democracia Cristã – 27,9% - e Social-Democracia – 23%. Com a agravantes de estes dois últimos grupos estarem a decrescer e o populismo a subir.

Nos Estados Unidos da América, o sonho passa por fazer a América grande outra vez. Um desejo já de si expansionista. Identificar os Estados Unidos com a América.

Num caso e no outro, erguer muros numa aldeia global dificilmente representará um projeto exequível.

Stiglitz (2006, p. 352) lembra que "las epidemias jamás han respetado los limites nacionales pero, ahora que los viajes internacionales han aumentado, viajan com mayor rapidez". A difusão das ideias é ainda mais célere. A comunicação *many to many* viaja pela rede. O populismo, ao contrário da democracia, foi lesto a tirar proveito da nova realidade.

À guisa de conclusão convirá deixar duas breves sínteses. Primeiro, o populismo não é um filho bastardo da democracia, mas um quase gémeo cuja visibilidade, na maioria dos casos, é inversamente proporcional à qualidade da democracia representativa. Maioria e não totalidade dos casos porque, como ficou presente na contextualização, há democracias completas onde o populismo, apesar de não dirigir os destinos do país, detém uma posição impossível de ignorar.

Segundo, o populismo, seja de esquerda ou de direita ou uma mescla de ambos, uma vez chegado ao Poder nunca representa uma solução estável numa sociedade que se quer democrática. Maquiavel ensinou ao príncipe que a natureza dos povos era inconstante e que era fácil persuadi-los de uma coisa, mas era difícil mantê-los firmes nessa persuasão. O problema é quando o populismo consegue capturar o Poder.

Na Polónia, na Hungria e na Grécia o Índice de Democracia de 2017 revela uma queda em relação ao ano em que os partidos populistas ganharam as eleições. Na Hungria, isso aconteceu em 2010, ano em que o Índice de Democracia era 7,21. Em 2017 desceu para 6,64. Na Polónia em 2015 era 7,09 e em 2017 apenas 6,67. Além disso, naa Grécia, os 7,45 de 2015 passaram para 7,29 em 2017. Por isso, apresentar o incremento do populismo de esquerda como estratégia para controlar o avanço do populismo de direita não passa de uma tentativa de valorizar o populismo que tem origem na base em detrimento daquele que deriva do topo da pirâmide. Na essência, o populismo não é uma ideologia.

São estas sínteses que justificam o título da comunicação.

